



Três dias depois de Bolsonaro desacreditar urnas eletrônicas, em reunião com embaixadores, procurador-geral da República divulga um vídeo antigo, em que defende o sistema eleitoral e refuta alegação de fraudes

A manifestação tardia e pouco firme de Aras

» LUANA PATRIOLINO

Sob pressão, o procurador-geral da República, Augusto Aras, quebrou o silêncio e se manifestou sobre os ataques ao sistema eleitoral brasileiro feitos pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) na reunião com embaixadores estrangeiros. O PGR postou um vídeo antigo, em seu canal do YouTube, no qual defende as urnas eletrônicas.

A gravação é de uma entrevista que Aras concedeu a veículos estrangeiros no último dia 11. Além desse material, ele incluiu uma nota na qual defende a “necessidade de distanciamento, independência e harmonia entre os Poderes”. “As instituições existem para intermediar e conciliar os sagrados interesses do povo, reduzindo a complexidade das relações entre governantes e governados”, diz.

Em seguida, entra um trecho da entrevista no qual Aras ressalta a “lisura” das eleições no país. “Nós não aceitamos a alegação de fraude, porque nós temos visto o sucesso da urna eletrônica, ao longo dos anos, especialmente, no que toca à lisura dos pleitos”, afirmou o PGR no vídeo. Em nenhum momento, porém, ele cita o nome de Bolsonaro.

O PGR tem sido pressionado a tomar uma atitude ante as investidas do presidente contra o sistema eleitoral. A cobrança ocorre, inclusive, dentro do Ministério Público Federal (MPF).

Na última terça-feira, um grupo de 43 procuradores federais enviou uma representação ao PGR cobrando uma investigação contra Bolsonaro. Paralelamente, mais de 30 subprocuradores emitiram uma nota pública com **teor semelhante**. Aras

Rosinei Coutinho/SCO/STF



Aras fala em “necessidade de distanciamento, independência e harmonia entre os Poderes”

Supostos crimes

Os procuradores representaram no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) contra Bolsonaro por suposto crime eleitoral, sob a alegação de abuso de poder. Subprocuradores-gerais, que atuam com Aras na PGR, afirmaram, em nota, que configura crime de responsabilidade usar do “poder federal para impedir a livre execução da lei eleitoral”.

não apresentou nenhuma denúncia contra o chefe do Executivo ao longo de quase três anos de mandato.

Na avaliação do cientista político André Rosa, há um alinhamento entre Aras e o presidente. “Ele não é publicamente um defensor do governo Bolsonaro,

mas evita algumas investigações que possam colocar o governo em risco ou que possa, de certa forma, entrar na rota de colisão com o presidente”, observou.

Rosa destacou que, apesar da resistência, Aras teve de se posicionar. “Não é novidade que existe essa simetria e o apoio velado. Por isso, ele tem adotado um tom mais ameno em relação ao Planalto. Obviamente que, diante da repercussão, foi obrigado a postar um vídeo como forma de dar uma resposta.”

O cientista político Cristiano Noronha, da Arko Advice, destacou que um PGR deve trabalhar com equilíbrio. “Ele não pode, obviamente, ter uma postura de fechar os olhos, mas também não pode ser um agitador. O poder dele é muito forte”, disse.

Noronha também frisou o

alinhamento de Aras com Bolsonaro. “De fato, temos visto uma certa sintonia entre a PGR e o Executivo. Aras tem papel fundamental nisso.”

Doutor em administração pública e governo pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), o cientista político Rafael Rodrigues Viegas ressaltou que Aras não está isolado na instituição. “Mesmo com essa postura criticável durante toda a gestão federal da pandemia e diversos outros acontecimentos ligados à conduta do presidente da República e demais militares no governo, Aras, recentemente, recebeu moção de apoio no CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público), que contou com as principais associações de classe do MP brasileiro. Ou seja, ele não me parece isolado, longe disso”, afirmou.

Mais pedidos de impeachment que Dilma

O senador Jean Paul Prates (PT-RN) protocolou, na quarta-feira, um novo pedido de impeachment contra o presidente Jair Bolsonaro (PL) na Câmara. Com esse, o número de requerimentos contra o chefe do Executivo chega a pelo menos 145, mais que o dobro do número recebido pela Casa contra a ex-presidente Dilma Rousseff (PT), que foi alvo de 68.

A justificativa para o novo pedido é a reunião em que Bolsonaro

disse a dezenas de embaixadores estrangeiros que o sistema eleitoral brasileiro não é confiável. Prates argumenta que houve crime de responsabilidade porque o encontro foi transmitido pela TV Brasil, ou seja, um aparato público de comunicação.

“Protocoliei hoje (quarta) novo pedido de impeachment de Bolsonaro. É mais um que se junta a outros mais de 100 que aguardam análise do presidente da Câmara. Todos esses pedidos, no

entanto, formam um conjunto probatório para processos que ele deve sofrer quando sair do Planalto”, afirmou o senador. Para ter prosseguimento, o requerimento deve ser acatado pelo presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), aliado de Bolsonaro.

Quebra de decoro

O senador também argumenta que a postura do presidente é incompatível com o cargo,

acusando-o de quebrar o decoro, a dignidade e a honra ao falar mal do próprio país a diplomatas estrangeiros.

Prates também lembrou que a “solução” proposta pelo presidente para cessar ataques às urnas eletrônicas, a adoção do voto impresso, já foi rejeitada pelo Congresso no ano passado, e que, por esse motivo, não caberia ao chefe do Executivo continuar questionando o sistema eletrônico de votação.

Elaine Menke/Câmara dos Deputados



Para Barros, “não é preciso criar um problema onde não existe”

Redes sociais

Como a reunião foi transmitida pelo YouTube e pelo Facebook — além da emissora estatal TV Brasil —, o PDT e o PT pediram que o TSE retirasse o vídeo do ar. O YouTube, no entanto, informou, ontem, que manterá o conteúdo.

Segundo a plataforma, “não foram encontradas violações às políticas de comunidade do YouTube no vídeo em questão, postado em 18 de julho no canal Jair Bolsonaro”. “Nossas equipes trabalham arduamente para

garantir que tenhamos um equilíbrio entre liberdade de expressão, valor fundamental do YouTube, e a segurança das pessoas que diariamente buscam por informação na plataforma”, diz a nota.

No mesmo dia da reunião, o YouTube retirou do canal do presidente um vídeo com teor semelhante. A outra publicação foi feita em julho de 2021, uma live em que o chefe do Executivo prometeu provar fraudes nas eleições de 2018. Na ocasião, porém, apresentou vídeos que já haviam sido desmentidos por autoridades.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



PT submerge na campanha de Lula

Não tem muita explicação a forma como o PT realizou sua convenção e da federação que lidera, integrada também pelo PCdoB e pelo PV, ontem, para homologar a candidatura do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República. O evento foi realizado a portas fechadas, sem grande divulgação. Após a reunião, Gleisi Hoffmann concedeu uma entrevista coletiva e anunciou a oficialização da chapa Lula-Geraldo Alckmin (PSB). Nenhum dos dois compareceu.

Gleisi choveu no molhado: “A primeira deliberação homologada é a indicação da candidatura à presidência de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência e de vice-presidência de Geraldo Alckmin. A segunda deliberação é a de coligação de PSol, Rede, PV e Solidariedade. A terceira é o número do candidato à presidência da República. Número 13, Lula”, afirmou. O PCdoB já havia tomado a mesma decisão na quarta-feira; resta ainda o PV, que deve se reunir virtualmente para endossar a proposta.

Sem dúvida, havia uma formalidade burocrática a cumprir, porque a decisão estratégica da aliança com o ex-governador de São Paulo e da federação com o PCdoB e o PV, bem como a coligação de esquerda com a federação PSol-Rede, PV e Solidariedade já estavam tomadas. Entretanto, poderia se fazer um grande ato político, o que não aconteceu. Lula e Alckmin estavam num encontro com artistas e produtores culturais no Recife. Na quarta-feira, haviam estado em Garanhuns, terra natal do petista, onde visitou a casa em que nasceu.

Lula cantou, dançou e prometeu regionalizar sua política cultural, caso seja eleito. “Além de recriar o Ministério da Cultura, quero criar comitês de cultura estaduais para que não haja monopólio da cultura do centro-sul sobre o restante da cultura do país”. Pernambuco é um fio desencapado do ponto de vista eleitoral. De longe, Lula é o maior eleitor no estado, porém, enfrenta mais uma vez um conflito envolvendo o clã Arraes, que controla o governo local há 16 anos e é a força hegemônica no PSB.

Em Garanhuns, Lula anunciou oficialmente apoio a Danilo Cabral (PSB) ao governo de Pernambuco. “Eu tenho candidato a governador no estado de Pernambuco, que é o companheiro Danilo Cabral. Eu não confundo a minha relação pessoal com a minha relação política”, disse, para acalmar o prefeito João Campos, do Recife, e o governador Paulo Câmara. Era uma referência a Marília Arraes, candidata do Solidariedade, que apoia Lula e está ameaçando destituir o PSB no estado. Marília deixou o PT para ser candidata ao governo do estado porque sabia que não teria a legenda do partido para confrontar seu primo, o prefeito do Recife, João Campos. Ambos são netos de Miguel Arraes.

Segundo plano

A ausência de Lula da convenção não é inédita, pois o mesmo aconteceu em 2018, mas, naquela época, ele estava preso. Agora, não. Foi uma decisão política, que só tem uma explicação: a necessidade de descolar a sua candidatura do PT e demais partidos de esquerda e reforçar a imagem de que é o candidato da “frente ampla”, ou seja, de um conjunto de forças maior do que uma frente de esquerda. O sinal de que essa é a postura que pretende seguir foi a distinção feita pela cantora Anitta, que apoia Lula, mas não aceita que seu nome seja utilizado pelos demais candidatos petistas durante a campanha.

A estratégia de marketing da candidatura de Lula passa por atrair setores de centro-esquerda por gravidade e evitar que seu índice de rejeição aumente na medida em que a campanha avance, o que poderia inviabilizar sua vitória. Uma maneira de fugir da rejeição é fazer uma campanha eleitoral focada na imagem de Lula, colocando-a num patamar acima do PT, que submergiu. Lula não está desprezando os petistas, pois sabe que a lealdade dos dirigentes e militantes foi fundamental quando esteve condenado na Lava-Jato, em julho de 2017, a nove anos e seis meses de prisão pelos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro no caso do triplex do Guarujá. Em 2021, porém, uma decisão do ministro Edson Fachin, do Supremo, anulou as condenações e tornou Lula elegível.

A 13ª Vara Federal de Curitiba, responsável pelos casos da Lava-Jato relacionados à Petrobras, segundo a interpretação do ministro, não era a instância competente para julgar Lula — para o ministro, as acusações ao ex-presidente não tinham relação direta com a empresa. O Supremo confirmou a decisão e enviou os processos para a Justiça Federal do Distrito Federal.

Erramos na coluna de ontem, sobre a candidatura de Ciro Gomes, afirmamos indevidamente que o candidato do PDT viajou para Paris, no segundo turno de 2018, para não votar no candidato do PT, Fernando Haddad. Ciro viajou para não fazer campanha em favor do petista, mas voltou ao Brasil a tempo de votar: “Essa é outra mentira do Lula. Não viajei para não votar. Votei no Haddad. Declarei isso antes de encerrada a apuração”, garante.